DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 6140/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/16149/2013
PROTOCOLO	: 1446419
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: ARCENO ATHAS JUNIOR
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
MODALIDADE DA LICITAÇÃO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 8/2013
OBJETO DA LICITAÇÃO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
EMPRESA ADJUDICADA	: SUPERMERCADO LUISA LTDA.
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 8/2013, realizado pela Prefeitura Municipal de Glória de Dourados/MS, cujo objeto é a aquisição de materiais e gêneros alimentícios.

O certame foi adjudicado à empresa Supermercado Luisa Ltda, com o valor total de R$ 307.485,47 (trezentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (ICE), por meio da Análise ANC-4ICE-15830/2013, peça 19, manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-MPC-GAB.6 DR.TMV-16121/2013, peça 20, opinou pela legalidade e regularidade do pregão presencial n. 8/2013.

DA DECISÃO

Da leitura dos autos, observa-se que os procedimentos para a realização da licitação sob a modalidade pregão presencial estão em conformidade com as Leis n. 8.666/93 e 10.520/02, e em consonância com as normas regimentais expedidas por esta Corte de Contas.

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo art. 10, IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS),

aprovado pela Resolução Normativa n. 76/2013, acolho o entendimento da equipe técnica da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 8/2013 (1ª fase), realizado pela Prefeitura Municipal de Glória de Dourados/MS, com fundamento no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 120, I, do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, no termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

3. pela **remessa** dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para subsidiar a análise da contratação dele decorrente.

Campo Grande, 12 de dezembro de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

skg